

SECRETÁRIOS DEBATEM OS EFEITOS DA CRISE NOS ESTADOS

Conselheiros do Consad discutiram o atual contexto da Administração Pública e traçaram estratégias em meio à crise conjuntural e econômica que o Brasil enfrenta



O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) realizou, nos dias 18, 19 e 20 de março, a 97ª edição do seu fórum trimestral, desta vez, no Centro de Convenções Poeta Ronaldo Cunha Lima, em João Pessoa (PB).

Participaram da reunião os secretários de Estado e representantes das secretarias de Administração/Gestão da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, do Rio

Grande do Norte, de Santa Catarina, de São Paulo e de Tocantins. O Deputado Estadual João Gonçalves representou a Assembleia Legislativa paraibana.

Na abertura, a Presidente do Consad e Secretária de Estado de Administração do Pará, Alice Viana, ressaltou a importância da construção de uma agenda de gestão pujante que auxilie os secretários na superação das dificuldades conjunturais e econômicas que o País vivencia. "O nosso principal desafio, na busca da eficiência da gestão, é ter foco na melhoria da qualidade do gasto público", afirmou.

Alice Viana defendeu a participação mais ampla e ativa dos estados junto ao Governo Federal, sobretudo no Congresso Nacional, em especial, quando a pauta de discussão incluir políticas públicas e leis que podem afetar a receita regional de forma compulsória e sem observar a realidade local. "Somos um Conselho suprapartidário. Os interesses da nação brasileira estão acima de qualquer outro interesse", atestou.

Anfitriã do fórum, a Secretaria de Estado da Administração da Paraíba e 2ª Vice-Presidente do Consad, Livânia »

PÁG. 4

ESTADOS RELATAM
DIFICULDADE DE PAGAR
O PISO SALARIAL DOS
PROFESSORES

PÁG. 5

PARAÍBA UTILIZA
TECNOLOGIA PARA
AGILIZAR OS PROCESSOS
DE GESTÃO PÚBLICA

PÁG. 7

VIII CONGRESSO CONSAD
TERÁ APRESENTAÇÃO DE 56
PAINÉIS E 172 TRABALHOS

EDITORIAL



Presidente do Consad, Alice Viana

O contexto de crise econômica impõe um desafio grande aos gestores públicos estaduais. É preciso discutir e desenvolver novas ferramentas que tragam eficiência à gestão pública brasileira. O fazer mais, com menos. E os fóruns do Consad são fundamentais para aprofundar esse debate e compartilhar as experiências bem-sucedidas nas diversas regiões do País.

Este último, realizado em João Pessoa (PB), foi marcado pelo espírito de cooperação entre os secretários de Estado da Administração. É consenso de que a nossa maior missão é equilibrar a conta das despesas com pessoal, por meio de medidas de reestruturação e de ajuste, mas sem que essas ações tragam consequências negativas à qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Considerando que a crise econômica e fiscal é nacional, todos os estados, em maior ou menor grau, tem esse desafio a superar. Por isso, o Consad tem trabalhado de forma articulada, principalmente junto aos poderes Executivo e Legislativo, para fortalecer o debate sobre a modernização da gestão e o uso eficiente dos recursos públicos.

A saída para a crise é fortalecer a economia nacional e as instituições que compõem a nação. E a constante busca pelo bom desempenho das administrações públicas e da melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Farias, ressaltou a alegria de sediar o evento, principalmente no momento em que o seu Estado está dando exemplo de equilíbrio fiscal e administrativo para todo o País. "Desta crise, a Paraíba é a exceção. É muito gratificante para nós fazer da Administração Pública um meio de desenvolver a sociedade e sanar as necessidades que ela espera", avaliou.

Livânia Farias salientou que o Consad é um espaço de convergência, formulação e comprometimento para as boas práticas da Administração Pública. "Há quase cinco anos, participo dos fóruns e posso falar das experiências, do crescimento e da ajuda que esse Conselho nos deu para fazermos uma gestão, visando a melhorar o nosso Estado", disse. A secretária destacou os cases de sucesso que foram apresentados no evento: a formalização dos processos por meio digital e o sistema integrado de bens públicos.

FOCO NAS SOLUÇÕES

De acordo com o Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte e 1º Vice-Presidente do Consad, Gustavo Nogueira, o Brasil vive um cenário preocupante, com restrição monetária, arrocho fiscal, inflação alta e desenvolvimento econômico baixo. "Por isso, é tão importante discutirmos alternativas,

refletirmos essa crise e encontrarmos saídas para esse problema que afeta todo o País", analisou.

O Secretário de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Genildo Lins, representou o Ministro Nelson Barbosa. "Estamos em um momento de ajustes em que as receitas não se configuram como gostaríamos e as despesas crescem. O nosso trabalho é fazer essa equação em prol da melhoria da qualidade da gestão pública", comentou. Genildo ainda reforçou a disponibilidade de o Ministério estar mais presente no Consad.

Para Alice Viana, essa parceria é fundamental para o andamento da gestão pública do País. "Precisamos estar cada vez mais próximos, afinados e articulados para que possamos contribuir com as diferentes regiões do Brasil, levando-se em conta as particularidades de cada um e os programas que desenvolvam a agenda de gestão brasileira", concluiu.

PRÓXIMO FÓRUM

O 98º Fórum Consad acontecerá nos dias 1, 2 e 3 de julho, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Antes da reunião, os secretários encontram-se entre os dias 26 e 28 de maio, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, para o VIII Congresso Consad de Gestão Pública.



Secretários discutem alternativas para a crise nos estados

OS DESAFIOS DA GESTÃO EM TEMPOS DE AJUSTE

Diretor do Instituto Publix falou sobre a necessidade de os estados criarem uma agenda estratégica de desenvolvimento com prioridades a serem alcançadas

O novo modelo que se desenha a gestão pública no Brasil deixa de ser hierárquico para abordar uma linha mais colaborativa, em que a sociedade desempenha papel central no relacionamento com o Estado. “É preciso desenvolver a capacidade de comunicação em rede, entre o Estado e a sociedade, para construir uma nova agenda”, explicou o Diretor do Instituto Publix, Caio Marini.

Por conta da atual conjuntura, Marini sugeriu que todos os estados construam uma agenda estratégica de desenvolvimento que resgate a perspectiva de longo prazo e definam prioridades, conforme o que desejem alcançar. Adotar a agenda, segundo ele, é fundamental, uma vez que os cortes lineares em tempos de crise não funcionam mais.

Para o Diretor da Publix, o ajuste fiscal é extremamente necessário, porém não adianta as contas fecharem e, ao mesmo tempo, a população não ser atendida. “A agenda vai orientar o gestor onde é possível ou não haver cortes”, frisou.

Na avaliação do 1º Vice-Presidente do Consad e Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Gustavo Nogueira, o ajuste fiscal não deve exercer papel de protagonista em todas as discussões. “O ajuste precisa buscar o equilíbrio e as distinções de cada Estado e colocar as dosagens corretas em uma perspectiva de longo prazo”, justificou.

Segundo a 2ª Vice-Presidente do Consad e Secretária de Estado da Administração da Paraíba, Livânia Farias, “temos o costume de aproveitar a crise para equilibrar as finanças, mas o cidadão acaba não sendo assistido”, lamentou.

MODELOS DIFERENTES

Na ocasião, Caio Marini também falou sobre as três grandes agendas da gestão pública brasileira. A reforma bu-



Caio Marini: agenda estratégica deve ter prioridades

rocrática, dos idos de 1930, tinha como prioridade a profissionalização e o enfrentamento da cultura patrimonialista de gestão. Entre 1970 e 1980, começava o que ele chama de reforma gerencial, que inseria a temática das novas tecnologias de gestão, com foco em resultados e que, ainda, é muito atual.

Enquanto a burocrática era voltada para o estabelecimento de regras, critérios e hierarquias, a agenda da reforma gerencial privilegiava o cidadão. A mais recente é a dos anos 2000, que prioriza a governança. Para Marini, esses modelos são complementares: “A burocracia, por exemplo, tem fundamentos essenciais para a

organização e o equilíbrio do Estado. Mas só ela não é suficiente”, salientou.

PLANEJAMENTO CONSID

Caio Marini ainda apresentou as etapas de reformulação do Plano Estratégico do Consad, para o triênio 2015-2017. Ele enfatizou que o trabalho contará com o apoio técnico e metodológico do Instituto Publix e será realizado durante os fóruns, contemplando análise de contexto, agenda estratégica e monitoramento e avaliação. “Espera-se, ao final, que o Consad possa fortalecer o seu papel de fomento de melhores padrões de qualidade, eficiência, transparência, responsabilidade e resultados no âmbito da gestão pública”, finalizou. ■

EM DEBATE, O PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

O panorama financeiro do País impede que algumas regiões cumpram o pagamento do novo piso aos docentes, que teve aumento de 13%



Alguns estados estão com dificuldade de honrar a despesa compulsória do novo Piso Salarial do Magistério Público, em 2015. Estipulado pelo Ministério da Educação (MEC) em R\$ 1.917,78, o reajuste está 13,01% acima da inflação e superior à receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Presidente do Consad e Secretária de Estado de Administração do Pará, Alice Viana, apresentou um estudo comparativo realizado pela própria entidade que aponta restrições, em várias regiões brasileiras, em cumprir a Lei do Piso – que estabelece o valor mínimo a ser pago no vencimento e não o pagamento com gratificações ou complementos.

Alice Viana comentou que os secretários reconhecem o mérito do Piso Nacional de Educação como forma de valorizar os docentes. "É uma conquista importante da educação brasileira. A

melhoria da qualidade da educação básica passa pela valorização do professor", defendeu.

No entanto, ela ponderou que é necessário conciliar a disponibilidade de recursos com a capacidade de implementação do novo reajuste, que não possui receita adicional. Em seu Estado, o Pará, o novo piso está em análise. "Precisamos debater com afinco e procurar soluções para essas questões que afetam diretamente as finanças estaduais".

DEBATE CONJUNTO

O 1º Vice-Presidente do Consad e Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, Gustavo Nogueira, disse que pelo fato de o reajuste ter sido superior à receita do Fundeb, a conta, em algum momento, não vai fechar. "Há estados e municípios que ultrapassaram o valor do Fundeb com o pagamento da folha. Precisamos analisar, com urgência, essa situação", frisou.

Na ocasião, os conselheiros decidiram criar um grupo de trabalho para discutir a qualidade do gasto público. O objetivo é que integrantes do Consad e dos conselhos de Política Fazendária (Confaz), de Planejamento (Conseplan) e de Educação (Consed) priorizem uma agenda conjunta, com foco no Piso da Educação Básica 2015.

O QUE DIZ A LEI

A Lei do Piso estabelece o valor mínimo a ser pago aos professores com formação de nível médio e jornada de 40 horas semanais. O reajuste é feito anualmente, com base no percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, referente aos anos iniciais do ensino fundamental, definido pelo Fundeb. Em 2010, o piso subiu de R\$ 950,00 para R\$ 1.024,67. Já em 2011, passou para R\$ 1.187,15 e, em 2012, para R\$ 1.451,00. Em 2013, foi de R\$ 1.567,00 e, em 2014, reajustado para R\$ 1.697,00. O maior aumento foi registrado em 2012, com 22,22%. ■

NOVAS ESTRATÉGIAS PARA GASTOS COM PESSOAL

Para enfrentar o momento de crise fiscal, medidas de ajuste e de reestruturação são fundamentais para reduzir gastos com pessoal, diz professor da FGV

Em tempos de crise e de ajuste fiscal, é fundamental pensar estratégias para a gestão de despesas com pessoal. É o que defende o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), Nelson Marconi, que analisou o mercado de trabalho no setor público estadual. Segundo ele, o número de servidores nos estados não aumentou significativamente nos últimos anos – entre 2002 e 2013, a variação foi de 14%.

Já no setor público federal, o aumento foi de 34% e, no municipal, de 54%. Na iniciativa privada, com carteira assinada, a alta chegou a 77% nesse período – crescimento devido, em grande parte, à forte campanha do governo para a formalização dos empregos.

A política de recuperação do valor dos salários dos servidores estaduais também aumentou a diferença entre a remuneração média desses funcionários e a dos trabalhadores do setor privado. O salário dos servidores estaduais estatutários, aqueles com direito aos benefícios do regime jurídico único da União, como estabilidade no emprego e aposentadoria integral, superou em 49,8% o ganho em relação à iniciativa privada em 2013.

FOLHA SOBRECARREGADA

O grande problema que os gestores públicos enfrentam hoje é o comprometimento da receita dos estados com despesas com pessoal, agravado pela crise fiscal. Por isso, de acordo com o professor da FGV, é necessário que os estados adotem medidas de ajuste e de reestruturação. “Os governos costumam iniciar as reformas na gestão de recursos humanos pelas medidas de ajuste”, explicou Nelson Marconi.

Nesse caso, é possível fazer auditoria na folha de recadastramento e



Nelson Marconi: reforma na gestão de recursos humanos

contenção dos aumentos salariais e das contratações – medidas que serão importantes para reduzir os custos no curto prazo. Entretanto, a adoção dessas ações também gera efeitos negativos, pois incentiva a saída de colaboradores mais qualificados e o envelhecimento na força de trabalho, além de trazer um grande desestímulo para os servidores.

Uma forma de reduzir os efeitos negativos do ajuste, na avaliação do professor da FGV, é criar uma agenda de reestruturação, em conjunto com os colaboradores, e desenvolver uma reforma na gestão de recursos humanos, objeti-

vando melhorar os serviços entregues à população e motivar os servidores públicos.

O aparelho do Estado, defendeu Marconi, deve trabalhar constantemente para melhorar o atendimento à população, sobretudo em um contexto em que a sociedade está carente de serviços de qualidade, em áreas básicas, como saúde, educação e segurança. O planejamento estratégico de recursos humanos é fundamental para criar uma agenda positiva de trabalho, oferecer melhores serviços e motivar os servidores a entregar à população o que ela demanda.

O RETROCESSO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Sérgio Ruy Barbosa analisou a dificuldade da gestão nos estados, em um ambiente de restrição fiscal, citando experiência do Rio de Janeiro



A principal restrição à atuação dos estados brasileiros é de "ordem fiscal". A afirmação é do ex-Presidente do Consad, Sérgio Ruy Barbosa. Isso, segundo ele, caracteriza-se por conta de excessos de despesas, finanças desorganizadas, dificuldades de honrar compromissos nos prazos e receitas em queda, devido ao ambiente de recessão econômica.

Para Sérgio Ruy Barbosa, o problema é generalizado, uma vez que "o volume e o contexto de receitas em crescimento tornam a situação ainda mais crítica". Questionado se teríamos voltado ao período anterior à Lei de Responsabilidade Fiscal, ele respondeu que "sim, porque quando foi editada, em 2001, a União já tinha feito um ajuste muito sério em 1994".

Nesse contexto de ajustes, de acordo com o ex-presidente, "os estados vinham alinhando as suas despesas, e o

País já vivia em um ambiente preparado de estabilidade fiscal. Hoje, não só os estados relatam crise fiscal, como também a União", analisou. "Apesar de termos experiências de construir um ambiente de responsabilidade fiscal, retrocedemos, e isso precisa ser superado", completou.

Ele citou aspectos estruturais que nunca foram resolvidos na maioria dos estados e que pressionam fortemente os gastos, como o deficit na Previdência Social, a gestão da folha de pagamento e a qualidade do processo de aquisição de bens e serviços. "A Paraíba tem um caso muito interessante no aspecto da aquisição de bens e serviços que precisa ser aprofundado por significar um salto de qualidade", defendeu.

EXPERIÊNCIA CARIOLA

Sérgio Ruy Barbosa contou sobre a experiência do Estado do Rio de Janeiro,

que, entre 2007 e 2015, reformulou sete processos da gestão pública: planejamento, orçamento, gestão de pessoas, aquisição de bens e serviços, arrecadação, administração financeira e gestão de patrimônio.

A modernização ficou a cargo da área de Planejamento e Gestão do Estado, tendo como eixo estruturador a tecnologia da informação, com implementação de sistemas corporativos. A iniciativa gerou expressiva economia de recursos, com produção de mecanismos que controlam gastos no tempo.

Outro benefício, segundo o ex-presidente, foi a efetividade ao princípio da legalidade da atuação da administração, "na medida em que dificulta a ocorrência de desvios, além de lançar bases para um processo contínuo de aperfeiçoamento gerencial", concluiu. ■

CASES DE SUCESSO NA PARAÍBA

Estado utiliza tecnologia para agilizar os processos de gestão pública e melhorar a prestação de serviços aos cidadãos

O Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos é uma plataforma que monitora os custos de cada atividade do Estado da Paraíba, o que permite maior controle das ações e dos gastos públicos, sobretudo na gestão de patrimônio da região. A ferramenta está adequada às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

A tecnologia permite integrar e automatizar os processos administrativos da região, com registros de bens móveis e imóveis, equipamentos, pessoal e informações fiscais, agrupados em um único software. Toda concepção do projeto foi realizada pelo Sistema Integrado de Governança do Estado (SIGE).

De acordo com a Diretora de Tecnologia da Informação e Comunicação da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (Codata), Christiny Sanson, a criação dessa plataforma garante o acesso irrestrito à população dos dados sobre a aplicação dos recursos públicos pelos gestores do Estado, o que possibilita avaliar o impacto da gestão pública na qualidade de vida da sociedade.

GESTÃO SUSTENTÁVEL

Christiny Sanson explicou que esta reformulação da gestão governamental também sintetiza a preocupação da Paraíba com a falta de espaço para armazenagem de papel. "É uma questão de sustentabilidade que contribui para uma melhor dinâmica da gestão pública", avaliou. "O sistema é um conjunto de ações que busca reunir as demandas e tratá-las de acordo com o conceito de governança, permitindo aos gestores aperfeiçoar a direção e o controle das organizações", acrescentou.

Segundo a Secretária de Estado da Administração da Paraíba e 2ª Vice-Pres-



Christiny Sanson: tecnologia a favor da transparência

sidente do Consad, Livânia Farias, a plataforma é "motivo de orgulho para mostrar aos outros estados da federação". Ela frisou que a Paraíba tem conseguido equilibrar finanças, fazendo investimentos estruturantes e fechando as contas em dia com os servidores e os fornecedores.

"O Estado é pequeno, mas vem dando exemplo de como sair de uma situação difícil e, com respeito à coisa pública, ousadia, políticas inovadoras e ações aquecem e atraem novos investimentos privados", destacou Livânia, ressaltando que, desde 2011, a Paraíba adotou medidas de austeridade e controle das

despesas que fizeram a diferença para superar as dificuldades "e fazer mais com menos dinheiro", frisou.

PROCESSO DIGITAL

Outro exemplo bem-sucedido do Estado é a formalização dos processos por meio digital. O notário do Tribunal de Justiça da Paraíba, Válber Cavalcanti, informou que o projeto utiliza a tecnologia a favor da segurança jurídica, "o que garante maior credibilidade dos documentos autenticados", assegurou. A plataforma de arquivo virtual está disponível desde 2004 e, atualmente, demanda material de todo o território nacional. ■



O MAIOR CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA DO BRASIL

A 8ª edição do Congresso Consad busca alternativas que auxiliem os gestores a enfrentar os desafios da atual conjuntura política

OVIII Congresso Consad de Gestão Pública acontecerá entre os dias 26 e 28 de maio, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Para essa edição, são esperadas mais de 2 mil pessoas – entre autoridades, políticos, gestores, estudantes e servidores públicos das esferas federal, estadual, municipal e distrital. A Presidente do Consad, Alice Viana, acredita que o evento promove “uma rica troca de conhecimentos entre os estados, a fim de melhorar a gestão pública do Brasil”.

A programação contemplará 56 painéis com apresentação de 172 cases de sucesso, que foram selecionados pelo Comitê Científico do Congresso Consad, coordenado por Evelyn Levy. Os temas tratam de orçamento, contabilidade, finanças, compras e patrimônio; gestão



de pessoas na área pública; gestão por resultados, monitoramento e avaliação; novos formatos organizacionais; governança, participação e controle social; governo eletrônico e transparência.

QUALIDADE DO GASTO

Especialista em soluções de melhoria de processos e serviços públicos, a Presidente do Institute on

Governance, no Canadá, Maryantonett Flumian, fará a conferência magna, que abrirá esta edição do evento. Ela também irá compor a mesa-redonda sobre as novas estratégias para a conquista da eficiência pública – debate que contará com a participação do especialista em modernização do Estado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Pedro Faria, e de gestores do Governo Federal.

Haverá, ainda, um painel de encerramento com a participação de governadores de vários estados, a fim de discutir possíveis soluções para a crise fiscal que assola o País. Na ocasião, o Consad e os Correios lançarão o selo postal e o carimbo comemorativo em alusão aos 15 anos do Conselho, celebrado este ano. ■

MISSÃO INTERNACIONAL À COREIA DO SUL

Conselheiros do Consad planejam viagem técnica ao país sul-coreano, que tem tradição em construir alianças público-privadas na América Latina

Depois das missões técnicas à Espanha, ao Reino Unido, aos Estados Unidos, ao Canadá, ao Chile e à Austrália, o Consad planeja, para este ano, uma visita à Coreia do Sul para conhecer as melhores práticas de gestão daquele país. “A ideia é repensar o processo que temos hoje no setor público”, afirmou a Presidente da e-Stratégia Pública, Florencia Ferrer,

que coordenará a viagem.

Referência em energia, tecnologia e estrutura, o país sul-coreano é líder no ranking de governo eletrônico, o que pode ser um diferencial a favor do Brasil, segundo Florencia. Por isso, a agenda da visita técnica irá privilegiar a governança, principalmente no que se refere à melhoria da prestação de serviços e à otimização dos gastos públicos.

Elá contou que a missão é vista com muita expectativa pelo governo daquele país, que tem a intenção de estreitar as alianças público-privadas com o Brasil, por meio de acordos de cooperação e investimentos. “Considerando o momento em que passamos, falar de inovação e não trazer fontes de recursos é igual a nada”, concluiu. ■

Edição: AP Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design
Coordenação: Mariana Pereira
Jornalista: Paula Fonseca
Revisão: Cláudia Falcão // Fotos: José Marques
Impressão: Mais Soluções Gráficas // Tiragem: 1.500

CONSAD
Edifício Multiempresarial
SRTVS Quadra 701 Bloco O Entrada A
Salas 128-130 | CEP: 70.340-000 | Brasília-DF
Telefax: (61) 3322-5520
Secretária-executiva: Tracy Gomes
E-mail: consad@consad.org.br
Site: www.consad.org.br
Facebook: Congresso.Consad
Twitter: @consad_

PRESIDÊNCIA – Alice Viana Soares Monteiro – Secretária de Estado de Administração do Pará • **VICE-PRESIDÊNCIA** – Gustavo Maurício Filgueiras Nogueira – Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte • **Lívânia Maria da Silva Farias** – Secretária de Estado da Administração da Paraíba • **JUNTA FISCAL** – Secretário de Estado da Administração da Bahia, Edelvina Goes da Silva Filho • Secretária de Estado da Gestão e dos Recursos Humanos do Espírito Santo, Sandra Helena Bellon • Secretário de Estado da Administração do Piauí, Francisco José Alves da Silva • **CONSELHEIROS** – Secretária de Estado da Gestão Administrativa do Acre, Sawana Leite de São Paulo Carvalho • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão Pública de Alagoas, Carlos Christian Reis Teixeira • Secretário de Estado de Administração do Amapá, Maria Goreth Silva e Souza • Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas, Lígia Abraham Fraxe Licatti • Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, Hugo Santana de Figueiredo Júnior • Secretário de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, Thiago Mello Peixoto da Silveira • Secretário de Estado da Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, Antônio Paulo Vogel • Secretário

de Estado da Gestão e Previdência Social do Maranhão, Felipe Costa Camarão • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, Julio Cesar Modesto dos Santos • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso do Sul, Carlos Alberto de Assis • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Helvécio Miranda Magalhaes Junior • Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Dinorah Botto Portugal Nogara • Secretário de Estado da Administração de Pernambuco, Milton Coelho • Secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, Cláudia Uchôa • Secretário de Estado da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Eduardo Oliveira • Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administrativa de Rondônia, Helena da Costa Bezerra – superintendente • Secretário de Estado da Administração de Roraima, Frederico Linhares • Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, Derly Massaud de Anunciação • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de São Paulo, Marcos Antonio Monteiro • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, João Augusto Gama da Silva • Secretário de Estado da Administração de Tocantins, Geferson Oliveira Barros Filho.

EXPEDIENTE